

DECRETO Nº 5.137, DE 15 DE JULHO DE 2020.



Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional decorrente da pandemia causada pelo vírus COVID-19 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUBARÃO, SC, no exercício de suas atribuições, de acordo com os artigos art. 66, IX e XXV da **Lei Orgânica** Municipal, e considerando;

CONSIDERANDO a avaliação do cenário epidemiológico do Município de Tubarão em relação à infecção pelo vírus COVID-19, bem como a identificação de transmissão comunitária em franca expansão na região e que culmina na necessidade de restrição drástica da circulação de pessoas;

CONSIDERANDO os estudos recentes demonstrando a eficácia das medidas de afastamento social e prevenção para contenção da disseminação do coronavírus;

CONSIDERANDO que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, conforme prevê o artigo 196 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO o disposto na Lei nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto Municipal nº **4.989**, de 19 de março de 2020, que Declara situação de emergência no Município de Tubarão, nos termos do COBRADE nº 1.5.1.1.0 - doenças infecciosas virais, para fins de prevenção e enfrentamento à COVID-19, e estabelece outras providências;

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº **562/2020**, que declara estado de calamidade pública em todo o território catarinense, nos termos do COBRADE nº 1.5.1.1.0 - doenças infecciosas virais, para fins de enfrentamento à COVID-19, e estabelece outras providências;

CONSIDERANDO a Matriz de Risco Regional do Estado de Santa Catarina e o crescimento da taxa de ocupação dos leitos hospitalares constatado nas últimas semanas;

CONSIDERANDO, ter sido a classificação na matriz de risco pela Região da Amurel em gravíssima pelo Estado;

CONSIDERANDO, informações e orientações técnicas recebidas do CER Amurel através da Recomendação nº 006/2020;

CONSIDERANDO, a constante avaliação do cenário epidemiológico na Região da Amurel em relação à infecção pelo vírus COVID-19, diante da já declarada transmissão comunitária;

CONSIDERANDO, reunião ocorrida em 13 de julho de 2020 com representantes dos Hospitais de nossa região, com Deputados Estaduais e Federal, Representantes do Ministério Público e toda a região;

CONSIDERANDO, reunião ampliada em 14 de julho de 2020 com representantes do sistema público de saúde que atende a Região da Amurel;

CONSIDERANDO, assembleia extraordinária de Prefeitos da Amurel ocorrida em 14 de julho que analisaram todo o contexto da pandemia na região e em seus municípios, DECRETA:

Art. 1º Ficam adotadas novas medidas para enfrentamento à emergência de saúde pública de importância nacional e internacional, decorrente do vírus COVID-19, nos termos deste Decreto.

Art. 2º Para enfrentamento da pandemia causada pelo coronavírus, ficam suspensas, em todo o território municipal, sob regime de quarentena, nos termos do inciso II do art. 2º da Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, pelo período de 9 (nove) dias:

I - a circulação e o ingresso, no território municipal, de veículos de transporte coletivo de passageiros, municipal, público ou privado, e de veículos de turismo ou fretamento para transporte de pessoas;

~~II - as atividades e os serviços privados não essenciais, a exemplo de salões de beleza, barbearias, academias, shopping centers e comércio em geral;~~

II - as atividades e os serviços privados não essenciais, a exemplo de salões de beleza, barbearias, academias, shopping centers e comércio em geral, incluindo as vendas on-line (e-commerce); (Redação dada pelo Decreto nº 5141/2020)

III - as atividades e os serviços públicos não essenciais, que não puderem ser realizados por meio digital ou mediante trabalho remoto;

~~IV - a entrada de novos hóspedes no setor hoteleiro em geral;~~

IV - a entrada de novos hóspedes em hotéis, motéis e serviços de hotelaria em geral; (Redação dada pelo Decreto nº 5141/2020)

V - a prática de esporte coletivo, amador ou profissional, a exemplo de futebol, beach tênis, vôlei, bem como os respectivos treinos;

VI - as visitas aos residentes e pacientes em instituições de longa permanência, a exemplo

de asilos e casas de reabilitação;

VII - a realização de atividades escolares de ensinos infantil, fundamental, médio, técnico e superior, inclusive as atividades práticas;

VIII - a realização de eventos públicos e privados em qualquer modalidade;

IX - a execução de música ao vivo em qualquer local e em qualquer modalidade;

X - a concentração e a permanência de mais de duas pessoas em espaços públicos de uso coletivo, como parques e praças;

XI - o funcionamento de clubes sociais e afins;

XII - o funcionamento de academias ao ar livre.

§ 1º Para fins do inciso II do caput deste artigo, consideram-se serviços privados essenciais:

I - geração, transmissão e distribuição de gás e combustíveis;

II - assistência médica, hospitalar e odontológica de urgência e emergência, não inclusos atendimentos e procedimentos eletivos;

III - atendimentos veterinários de emergências, tais como os executados pelas clínicas veterinárias de emergência;

IV - aqueles prestados por restaurantes, lanchonetes, food trucks, bares, pubs e conveniências, os quais poderão executar suas atividades somente na modalidade tele-entrega, sem atendimento presencial ou serviço de balcão, e terão seu expediente interno limitado a 40% (quarenta por cento) de seus funcionários;

~~V - aqueles prestados por farmácias, mercearias, padarias, drogarias, supermercados, mercados e agropecuárias, os quais terão o atendimento externo limitado a 40% (quarenta por cento) da sua capacidade total, permitindo o acesso ao estabelecimento de somente um membro por família ou de grupo de pessoas;~~

V - aqueles prestados por farmácias, mercearias, padarias, drogarias, supermercados, mercados e agropecuárias, os quais terão o atendimento externo limitado a 40% (quarenta por cento) da sua capacidade total, permitindo o acesso ao estabelecimento de somente um membro por família ou de grupo de pessoas, sendo vedado o consumo de produtos no local; (Redação dada pelo Decreto nº 5141/2020)

VI - funerários, nos quais os velórios deverão ocorrer em no máximo 6 (seis) horas de duração, limitando-se a entrada em qualquer das áreas internas da funerária, podendo permanecer apenas 10 (dez) pessoas por vez;

VII - distribuição, comercialização e entrega de medicamentos, produtos médicos hospitalares, de higiene, limpeza, alimentação e bebidas;

VIII - atividades de imprensa, jornalísticas, de radiofusão sonora e de sons e imagens;

IX - atividades de segurança privada, incluída a vigilância;

X - fisioterapia, exclusivamente para as situações urgentes decorrentes de cirurgia;

XI - laboratório de análises clínicas, exclusivamente para o atendimento de encaminhamentos realizados por hospitais, clínicas médicas e profissionais da medicina;

XII - transporte de cargas das cadeias de fornecimento de bens e serviços ou para abastecimento dos serviços essenciais públicos ou privados, bem como oficinas de reparação destinadas à manutenção dos veículos utilizados para este fim e automóveis públicos;

XIII - compensação bancária, caixas bancários eletrônicos e outros serviços não presenciais de instituições financeiras, que farão apenas expediente interno limitado a 40% (quarenta por cento) de seus funcionários, sem atendimento ao público;

XIV - transportes de passageiros por táxi ou aplicativo;

XV - fornecimento de combustível por postos de combustíveis, os quais terão o expediente limitado a 40% (quarenta por cento) da capacidade total de seus funcionários;

XVI - os serviços de guincho.

§ 2º A todos os estabelecimentos indicados no § 1º é obrigatória a disponibilização de álcool gel 70% (setenta por cento) para uso dos clientes, funcionários e colaboradores, enquanto entrarem, saírem e estiverem em circulação no ambiente.

§ 3º Não estão sujeitos à proibição prevista no inciso I do caput deste artigo os veículos de serviço especial de transporte aos servidores da saúde e limpeza pública urbana, bem como aqueles que façam o transporte de alimentos e outras mercadorias necessárias para o abastecimento do comércio, indústria e serviços essenciais ao enfrentamento do COVID-19.

§ 4º Os postos de combustíveis de que trata o inciso XV do §1º deste artigo deverão priorizar a instalação de caixa para pagamento em área externa, ou interna com acesso para o ambiente externo, configurando exceção o ingresso do cliente no estabelecimento, que deverá ter sua área interna remanescente isolada.

Art. 3º Nos casos das atividades essenciais, só podem trabalhar no local aquelas pessoas que são indispensáveis à realização do serviço, sendo obrigatório que setores administrativos e burocráticos atuem de forma remota.

Art. 4º Para fins deste Decreto, consideram-se serviços públicos essenciais:

- I - as atividades finalísticas da Secretaria de Saúde e da Fundação Municipal de Saúde;
- II - as atividades finalísticas da Fundação Municipal de Desenvolvimento Social;
- III - as atribuições legais da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil;
- IV - as atividades da Guarda Municipal, gerenciados pela Secretaria de Urbanismo, Mobilidade e Planejamento;
- V - as atividades da Diretoria de Compras e Licitações, coordenadas pela Secretaria de Gestão, na forma do artigo 11 deste Decreto;
- VI - a limpeza pública, geridos pela Secretaria de Infraestrutura;
- VII - as atividades do Procon Municipal;
- VIII - a distribuição de energia elétrica;
- IX - a iluminação pública;
- X - os serviços postais;
- XI - as atividades de segurança pública;
- XII - o tratamento e o abastecimento de água e esgoto;
- XIII - a fiscalização ambiental.

§ 1º A critério da administração municipal, outros serviços públicos poderão ser considerados como essenciais.

§ 2º Aos servidores municipais que não exerçam serviço público essencial definido por este Decreto, fica determinada a realização de teletrabalho, na forma do art. 2º, II, "a", da Lei Municipal nº 5.287/2020, caso seja necessário.

Art. 5º Ficam suspensos os eventos:

- I - governamentais;
- II - esportivos;
- III - de lazer;

IV - artísticos;

V - culturais;

VI - acadêmicos;

VII - políticos;

VIII - científicos;

IX - comerciais;

X - religiosos; e

XI - outros com concentração de pessoas, em locais abertos ou fechados.

Art. 6º A operação de atividades industriais e construção civil somente poderão ocorrer mediante a redução de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do total de trabalhadores da empresa, por turno de trabalho.

§ 1º Não se aplica a redução de que trata o caput deste artigo às agroindústrias, indústrias de alimentos e indústrias de insumos e produtos de saúde.

~~§ 2º O funcionamento das indústrias depende também das seguintes obrigações:-~~

§ 2º O funcionamento das atividades permitidas no caput depende também das seguintes obrigações:(Redação dada pelo Decreto nº 5141/2020)

I - priorização do afastamento, sem prejuízo de salários, de empregados pertencentes a grupo de risco, tais como pessoas com idade superior a 60 (sessenta) anos, hipertensos, diabéticos e gestantes;

II - priorização de que os setores administrativos atuem remotamente;

III - adoção de medidas internas, especialmente à saúde no trabalho, necessárias para evitar a transmissão do coronavírus no ambiente laboral; e

IV - utilização de veículos de fretamento para transporte de trabalhadores limitada a 50% (cinquenta por cento) da capacidade de lotação de cada veículo.

§ 3º A atividade de construção civil poderá ocorrer excepcionalmente na hipótese de existência de estoque no próprio local da obra, sendo expressamente proibida a aquisição de novos materiais para continuidade da obra, em razão da vedação de comércio de material de construção e demais serviços inerentes. (Redação acrescida pelo Decreto nº 5141/2020)

~~Art. 7º~~ Para que não haja atendimento presencial, circulação e aglomeração de pessoas, suspendem-se as atividades públicas exercidas por escritórios de advocacia, contabilidade, arquitetura, financiamento e similares:

~~Parágrafo único.~~ A suspensão das atividades públicas não deverá interferir, de qualquer modo, no exercício legal da profissão:

Art. 7º Ficam vedadas as atividades públicas e privadas em escritórios e consultórios de quaisquer espécies que não se enquadrem em serviço essencial, podendo os serviços serem prestados de forma não presencial, via trabalho remoto.

Parágrafo único. Na hipótese de impossibilidade de realização do exercício da profissão via trabalho remoto, em razão de obrigações legais, a operação da atividade somente poderá ocorrer com a redução de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do total de trabalhadores, mantendo-se a vedação de atendimento presencial. (Redação dada pelo Decreto nº 5141/2020)

Art. 8º É de competência da Vigilância Sanitária Municipal, compartilhada com o Procon, Defesa Civil, Polícia Militar, Bombeiro Militar, Guarda Municipal e Polícia Civil a fiscalização do cumprimento das normas de saúde e combate ao coronavírus, previstas nos protocolos de saúde.

Art. 9º Fica estabelecido o uso de máscaras em âmbito municipal, como forma de enfrentamento ao avanço da pandemia de COVID-19.

§ 1º Será necessária a utilização de máscaras:

I - para uso de táxi, transporte compartilhado de passageiros ou por aplicativo;

II - para acesso aos estabelecimentos prestadores de serviços essenciais, tais como supermercados, mercados, mercearias, padarias, farmácias, drogarias, agropecuárias, entre outros;

III - para o desempenho de atividades laborais em ambientes compartilhados com outras pessoas, nos setores público e privado;

IV - em todo o território municipal, nos ambientes públicos ou privados.

§ 2º Fica facultado o uso da máscara às pessoas com transtorno do espectro autista, com deficiência intelectual, com deficiências sensoriais ou com quaisquer outras deficiências que as impeçam de fazer uso adequado de máscara de proteção facial, conforme declaração médica, bem como nos casos de crianças menores de 3 (três) anos de idade.

~~Art. 10~~ É responsabilidade de cada munícipe e dos estabelecimentos, garantir o cumprimento das medidas dispostas neste Decreto, ficando sujeito à fiscalização dos órgãos públicos e às penalidades previstas em lei, onde o descumprimento das normas sanitárias de enfrentamento ao COVID-19 ensejará, sem prejuízo das sanções de natureza civil ou penal cabíveis, a aplicação de multa, interdição e até suspensão das atividades nos

~~termos dos artigos 118 e 126, da Lei Complementar 075/2013 do Município de Tubarão.~~

Art. 10. É responsabilidade de cada munícipe e dos estabelecimentos, garantir o cumprimento das medidas dispostas neste Decreto, ficando sujeito à fiscalização dos órgãos públicos e às penalidades previstas em lei, onde o descumprimento das normas sanitárias de enfrentamento ao COVID-19 ensejará, sem prejuízo das sanções de natureza civil ou penal cabíveis, a aplicação de multa, interdição e até suspensão das atividades nos termos dos artigos 118 e 126, da Lei Complementar 075/2013 do Município de Tubarão.

§ 1º As infrações às normas estabelecidas neste Decreto, cometidas por pessoa física, serão apenadas com multa no valor de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), por ato infracional.

§ 2º As infrações às normas estabelecidas neste Decreto, cometidas por pessoa jurídica, serão apenadas com multa no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais), por ato infracional.

§ 3º No caso de reincidência, entendido este como um novo cometimento de infração por parte da mesma pessoa jurídica, gerará a interdição total do local pelo prazo mínimo de 7 (sete) dias ou enquanto perdurar a vigência da determinação da quarentena prevista neste Decreto ou em outro que o substitua. (Redação dada pelo Decreto nº 5141/2020)

Art. 11. Ficam suspensos os procedimentos licitatórios, com exceção da Chamada Pública nº 01/2020, que trata do credenciamento de unidades hospitalares do setor privado para contratação de leitos de unidade de terapia intensiva e leitos de enfermaria após alta da UTI para atendimento de usuários do SUS infectados pelo coronavírus.

Parágrafo único. Fica igualmente suspensa a execução dos contratos administrativos, exceto aqueles referentes ao enfrentamento à COVID-19.

Art. 12. Os casos omissos e as situações especiais serão analisadas pelo Centro de Operações de Emergências Municipais em Saúde, vinculado à Fundação Municipal de Saúde.

Art. 13. As denúncias relacionadas ao descumprimento deste Decreto poderão ser realizadas pelo número 199.

Art. 14. Este Decreto entra em vigor no dia seguinte à sua publicação, com prazo de vigência limitado ao disposto no caput do artigo 2º

Art. 15. Revogam-se as disposições contrárias às normas contidas neste Decreto.

Registre-se e publique-se.

Tubarão, SC, 15 de julho de 2020.

JOARES CARLOS PONTICELLI Prefeito Municipal	TARCÍSIO HEMKEMEIER Secretário de Gestão Municipal
---	--

"P U B L I C A Ç Ã O"

Publicado no Mural Oficial da Recepção do Gabinete do Prefeito na mesma data.

TARCÍSIO HEMKEMEIER

Secretário de Gestão Municipal

[Download do documento](#)